



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MAREMA**

Processo Administrativo n. 08/2021

Pregão Presencial n. 03/2021

Objeto: Aquisição de Sistema de Ensino, para fornecimento de material didático pedagógico aos alunos e professores da Educação Infantil ao Ensino Fundamental anos iniciais, portal educacional para alunos e professores e acompanhamento pedagógico.

1. INTRODUÇÃO:

01.01 - O Município de Marema, por seu Prefeito Municipal Senhor MAURI DAL BELLO, TORNA PÚBLICO que, de acordo com Decreto n. 3.555, de 08 de Agosto de 2000, a Lei Federal n. 10.520 de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente a Lei n. 8.666, de 21 de Junho de 1993, Consolidadas e o Decreto Municipal n. 070/2010 de 28/05/2010, e demais legislações aplicáveis, realizará processo licitatório na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço, nas condições fixadas neste edital e seus anexos, conforme segue:

01.02 – No endereço Rua Jose Gaspari, 69, centro, Marema, junto ao setor de protocolo, estará recebendo os envelopes da documentação e proposta de preços dos interessados até às 08h00min do dia 08 de fevereiro de 2021, e abertura dos envelopes de propostas no mesmo dia às 08h30min, na sala do presidente da Comissão Permanente de Licitações;

01.03 - O início da abertura dos envelopes 001 – PROPOSTA DE PREÇO, dar-se-á às 08h00min do dia 08 de fevereiro de 2021, no mesmo endereço indicado no sub item 1.2, após o recebimento dos credenciais será efetuado a abertura das propostas, comparado os preços cotados e aberto os lances verbais, chegando-se ao vencedor, depois proceder-se-á, nesta mesma data, à abertura dos envelopes 002 – HABILITAÇÃO, contendo os documentos de habilitação.

2. OBJETO

2.1- Aquisição de Sistema de Ensino, para fornecimento de material didático pedagógico aos alunos e professores da Educação Infantil ao Ensino Fundamental anos iniciais, portal educacional para alunos e professores e acompanhamento pedagógico, conforme consta no termo de referência em anexo, sendo:

Material didático de qualidade, para alunos e professores do segmento de **Educação Infantil e Fundamental I**, num projeto amplo e consistente, valorizando o conceito de Educação Pública;

Parceria Técnico-pedagógica através do acompanhamento dos trabalhos pedagógicos junto ao corpo docente, com 04 (quatro) visitas pedagógicas anuais, sendo distribuídas durante os bimestres da seguinte forma:

(01) um encontro para treinamento e apresentação da proposta pedagógica do material didático com os gestores e corpo docente, bem como orientação do planejamento anual do município, visando à utilização do material didático, antes do início do ano letivo;

(03) três encontros para trabalhos de orientação pedagógica por segmento de ensino, para a realização de treinamento, capacitação, oficinas, palestras e orientação ao corpo docente do município e também para realização de reunião de pais;



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE MAREMA

Acesso ao Portal de Educação da empresa vencedora, através de senhas de uso pessoal, destinado aos alunos, professores, coordenadores e diretores das escolas de educação infantil da rede municipal de ensino, para a realização de pesquisas, consultas, divulgação de trabalhos, projetos, atividades e formulação de pedidos on-line com a contratada via chat;

Programa de Formação Continuada via WEB, com 180 horas/ano, destinado aos professores da Educação Infantil e demais gestores da rede municipal de ensino;

2.2 - Fica limitado o valor máximo para aquisição do objeto em R\$ 59.520,00 (reais).

3. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO:

3.1 - Poderão participar do processo os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital e seus anexos.

Os Proponentes deverão participar isoladamente, não se permitindo consórcios;

3.2- Estarão impedidos de participar de qualquer fase dos processos interessados que se enquadre em uma ou mais das situações a seguir:

a) Estejam constituídos sob a forma de consórcio;

b) Estejam cumprindo penalidade imposta por qualquer órgão da Administração Pública motivada pela hipótese prevista no artigo 88 da Lei n. 8.666, de 21 de Junho de 1993, Consolidadas;

c) Sejam declaradas inidôneas em qualquer esfera de Governo;

d) Estejam sob falência, concordata, dissolução ou liquidação.

e) O disposto no art. 9º da Lei n. 8.666, de 21 de Junho de 1993, Consolidadas.

f) Estejam em situação irregular perante as Fazendas: Trabalhista, União, Federal, Estadual, INSS, FGTS e Municipal.

g) Tenham em seu quadro, empregados menores de dezoito (18) anos efetuando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou ainda, empregado com idade inferior a dezesseis (16) anos, efetuando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze (14) anos.

g) Não poderão participar na condição de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte as que se enquadram nas hipóteses do §4º do Artigo 3º da Lei Complementar 123/2006.

3.3 - Importante salientar, que a presente licitação, mesmo sendo uma hipótese do art. 48, I, da Lei Complementar 147/2014, não se destina exclusivamente a participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, haja vista se tratar de hipótese contida no art. 49, incisos II e III da Lei Complementar 123/2006, vejamos:

Art. 49: Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando:

II - não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE MAREMA

Com o advento da Lei Complementar 147 de 2014, as licitações deverão ser destinadas exclusivamente a participação de Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte quando o valor da licitação não superar R\$ 80.000,00 (Oitenta Mil Reais) nos termos do art. 48, I. Porém, a aplicação deste dispositivo deve ser analisada de forma cautelosa, para que este tratamento não diminua consideravelmente o número de participantes, bem como não traga prejuízos à administração, haja vista que um dos princípios norteadores do processo licitatório é a concorrência igualitária entre os participantes a fim de se obter a proposta mais vantajosa.

Além disso, a mera transcrição positivista do art. 48, I, da Lei Complementar 147/2014, sem uma interpretação de sua aplicabilidade no contexto em que o município se encontra, estaria indo de encontro aos princípios do processo licitatório, uma vez que não se pode limitar consideravelmente a participação de pessoas jurídicas ou físicas, em razão de que as licitações devem possuir caráter impessoal e tratamento igualitário, sobretudo quando a principal afetada será a própria administração pública.

No presente processo licitatório, a administração municipal terá prejuízos se somente admitir a participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, pois o objeto da presente licitação, pode perfeitamente ser executada por pessoas físicas, não restando dessa maneira motivos suficientes para impedir a participação desse tipo de licitantes. Também vale ressaltar que profissionais dessa área atuam de forma autônoma, ou como Microempreendedores Individuais, em razão de possuírem benefícios e por ser um costume de longa data, conforme se observa nos orçamentos disponibilizados para esta licitação.

Cumprir destacar que a não exclusividade dessa licitação para as empresas que se enquadram com Me's ou EPP's, não trará prejuízos as mesma, haja vista que vão dispor de preferência na contratação, conforme disposição legal.

Por isso que ao limitar a participação de um grupo de empresas na presente licitação irá diminuir consideravelmente o número de participantes, ou ainda restar a licitação fracassada.

Desta forma, considerando que a administração municipal deve avaliar a proposta mais vantajosa. Considerando, também, o teor dos dispositivos dos incisos II e III do Art. 49 da Lei 147/2014 bem como, em razão de tudo o que foi exposto acima, que esta licitação aceitará pessoas físicas, microempreendedores individuais e qualquer empresa que esteja apta e que atenda a todas as exigências do edital.

4. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME:

4.1 - O certame será conduzido pelo Pregoeiro, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- a) Acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
- b) Responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;
- c) Abrir as propostas de preços;
- d) Analisar a aceitabilidade das propostas;
- e) Desclassificar propostas indicando os motivos;
- f) Conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
- g) Verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
- h) Declarar o vencedor;



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MAREMA**

- i) Receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
- j) Elaborar a ata da sessão;
- k) Encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;
- l) Convocar o vencedor para assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido;
- m) Abrir processo administrativo para apuração de irregularidade visando a aplicação de penalidades previstas na legislação.

5. APRESENTAÇÃO E ENTREGA DOS ENVELOPES:

5.1 - Envelopes “Proposta de Preços” e “Documentação de Habilitação” deverão ser indevassáveis, fechados e entregues ao Pregoeiro, no setor de protocolo ou na sessão pública de abertura deste certame, conforme endereço, dia e horário especificados abaixo:

Prefeitura Municipal de Marema

Rua Jose Gaspari, 69 - Centro.

Sala de reuniões do Departamento de Compras

Data: 08/02/2021, até às 08h30min.

5.2 - Os envelopes deverão ainda indicar em sua parte externa e frontal os seguintes dizeres:

Prefeitura Municipal de Marema

Departamento de Compras

Pregão Presencial n.0xx/2021

Envelope N. 001 - PROPOSTA DE PREÇOS

Razão Social da Proponente

Prefeitura Municipal de Marema

Departamento de Compras

Pregão Presencial n.0xx/2021

Envelope N. 002 - HABILITAÇÃO

Razão Social da Proponente

5.3 - A Prefeitura Municipal de Marema, através do Departamento de Compras e Licitações, somente considerará os envelopes de “Proposta de Preços” e “Documentação de Habilitação” que forem entregues ao Pregoeiro designado, no local, data e horário definido neste edital.

6. ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA, CREDENCIAMENTO E RECEBIMENTO DOS ENVELOPES:

6.1 - No dia, hora e local estabelecido no item 5.1, realizado sessão pública para o credenciamento do representante legal da licitante e demais atos, que consistirá na comprovação de que possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame e ainda apresentar a declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação, cujo modelo se encontra em Anexo deste Edital.

No dia, hora e local designados para recebimento dos envelopes, cada empresa licitante far-se-á representar por seu titular, ou pessoa devidamente credenciada e somente estes poderão atuar na formulação de propostas e na prática dos demais atos inerentes ao certame. No ato da Sessão Pública serão efetivadas as devidas



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE MAREMA

comprovações quanto à existência dos necessários poderes para a representação ou credenciamento através da apresentação dos documentos, os quais deverão ser entregues ao Pregoeiro **fora** dos envelopes.

6.2 - O representante da licitante deverá apresentar-se junto ao Pregoeiro, devidamente munido de:

- a) Cédula de identidade;
- b) Documentação para credenciamento, conforme modelo do Anexo I;
- c) Contrato Social Consolidado da Empresa; Na apresentação no credenciamento, fica dispensada na Habilitação;
- d) Declaração de que cumpre com os requisitos de habilitação, conforme o modelo do Anexo II.
- e) Certidão de enquadramento no Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, fornecida pela Junta Comercial da sede do licitante, de acordo com a Instrução Normativa DRNC nº 103/2007, se for o caso.

6.3 - As licitantes deverão credenciar representante com poderes para formular lances verbais e praticar todos os demais atos e operações inerentes ao processo licitatório, mediante a apresentação de procuração por instrumento público ou particular.

6.4 - Em se tratando de sócio ou proprietário a licitante deverá apresentar original ou cópia do registro comercial, do ato constitutivo, do estatuto ou do contrato social.

6.5 - A não apresentação do credenciamento, a incorreção do documento credencial ou ausência do representante, não implicará exclusão da proposta no certame. Contudo, não serão aceitos lances verbais e nem manifestação em nome da licitante neste ato.

6.6 - Não será permitida a participação de empresas distintas através de um único representante.

6.7 - No caso da proponente ser Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), esta deverá apresentar para credenciamento Certidão de enquadramento no Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, fornecida pela Junta Comercial da sede do licitante, de acordo com a Instrução Normativa DRNC nº 103/2007.

As sociedades simples, que não registrarem seus atos na Junta Comercial, deverão apresentar Certidão de Registro Civil de Pessoa Jurídica, atestando seu enquadramento nas hipóteses do Art. 3º da Lei Complementar 123/2006.

6.8 – A empresa que não comprovar a condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, com a apresentação de um dos documentos acima descritos, não terá direito aos benefícios concedidos pela Lei Complementar 123/2006. Este(s) documento(s) deverá(ão) ser apresentado(s) obrigatoriamente fora do Envelope 01 – Proposta de Preços

6.9 - Após o encerramento do credenciamento e identificação dos representantes, o Pregoeiro não mais aceitará novo licitante, dando início ao recebimento dos envelopes contendo a Proposta Financeira e posteriormente a Documentação para a Habilitação.

7 - PROPOSTAS DE PREÇOS:

7.1 O Envelope nº. 01 – PROPOSTA COMERCIAL deverá conter a proposta propriamente dita: a proposta em CD-ROM com programa de Leitor de Edital fornecido pelo Setor de Licitações e junto ao Site www.download.betha.com.br.

- Instrução para baixar o programa e abrir o arquivo;
- Acesse a página eletrônica www.download.betha.com.br
- Clique no link: Compras Auto Cotação;
- Clique no link; 2.0.24 ou superior



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MAREMA**

- Clique no link: Completo-AutoCotacao-2024.exe ou superior
- Clique na tecla: Executar avance até instalar e concluir, isso feito será criado automaticamente um ícone do programa na sua área de trabalho, acesse-o e abra o arquivo por intermédio dele. “Desta forma será possível o preenchimento correto da planilha”.

A empresa será desclassificada quando, por erro do licitante, seja impossível a importação da Proposta dos hardwares para o Leitor de Editais do Sistema de Licitações no momento do certame do Pregão Presencial.

7.2 - As propostas de preços (envelope n.001) deverão ser datilografadas ou impressas, em uma via, com suas páginas numeradas e rubricadas, e a última assinada pelo representante legal da empresa, sem emendas, acréscimos, borrões, rasuras, ressalvas, entrelinhas ou omissões, salvo se, inequivocamente, tais falhas não acarretarem lesões ao direito dos demais licitantes, prejuízo à Administração ou não impedirem a exata compreensão de seu conteúdo, e deverão constar:

- a) Razão social, endereço, telefone, “fax-símile” e o CNPJ/MF da proponente;
- b) Nome do titular ou do representante legalmente constituído com respectiva assinatura;
- c) Data;
- d) Preço unitário e total por item, grafado em algarismos, com duas casas decimais após a vírgula; em moeda brasileira corrente;
- e) Prazo de validade da proposta mínimo de sessenta (60) dias, contado a partir da data da entrega dos envelopes.
- f) Será aceito a proposta com até três casas após a vírgula.

7.3 - Nos preços finais deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, custos, despesas administrativas e operacionais, fretes, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais ou ainda fornecimento de peças, mão-de-obra, trabalho nos sábados, domingos e feriados ou em horário noturno, que eventualmente incidam sobre a execução do objeto da presente Licitação.

7.4 - A Proponente deverá obrigatoriamente informar a marca dos produtos cotados, sob pena de desclassificação do item.

7.5 - Não será aceita proposta que esteja em desacordo com as especificações aqui exigidas.

7.6 - As propostas que tenham sido classificadas, serão verificadas pelo Pregoeiro para constatar a possibilidade de erros aritméticos nos cálculos e na soma. Os erros serão corrigidos pela Comissão da seguinte forma:

- a) nos casos em que houver discrepância entre os valores grafados em algarismos numéricos e por extenso, o valor grafado por extenso prevalecerá, salvo nos casos em que houver propostas digitadas no Sistema de Leitor de Edital, proposta esta que prevalecerá em todos os casos;
- b) nos casos em que houver uma discrepância entre o preço unitário e o valor total obtido pela multiplicação do preço unitário pela quantidade, o preço unitário cotado deverá prevalecer;
- c) nos casos em que houver discrepância entre o valor da soma de parcelas indicada na Proposta e o valor somado das mesmas, prevalecerá o valor somado pelo Pregoeiro.

7.7 - Os preços unitários apresentados no texto da proposta da licitante serão corrigidos pelo Pregoeiro de acordo com o procedimento acima e serão considerados para efeito de ordenação em relação às demais licitantes e como o valor a que se obriga o proponente.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MAREMA**

8. DA HABILITAÇÃO:

O Envelope nº. 02 referente à DOCUMENTAÇÃO, deverá conter os seguintes documentos de habilitação:

8.1 - Para comprovação da habilitação jurídica:

8.1.1 - Registro Comercial, no caso de empresa individual, ou a alteração consolidada;

8.1.2 - Ato Constitutivo, estatuto ou contrato social e seus aditivos em vigor, devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais, e no caso de sociedade de ações, acompanhadas de documentos de eleição de seus administradores;

8.1.3 - Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

8.1.4 - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.1.5 - Declaração de inexistência de fatos supervenientes impeditivos da qualificação (Modelo do Anexo).

8.1.6 - Declaração, sob penas da lei, que não mantém em seu quadro de pessoal menor de dezoito (18) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo ainda em qualquer trabalho, menores de dezesseis (16) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze (14) anos. (Modelo do Anexo).

8.1.7 - Declaração do proponente de que não pesa conta si, fatos impeditivos de contratar com a Administração Pública Municipal, de acordo com o disposto no art. 97 da Lei Federal 8.666/93.

8.2 - Para comprovação da regularidade fiscal:

8.2.1 - Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ/MF;

8.2.2 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante apresentação de Certidão Negativa de Tributos Municipais, expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda, do domicílio ou sede da proponente.

8.2.3 - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos e Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicílio ou sede da proponente.

8.2.4 - Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

8.2.5 - Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS), Fazenda Federal e Dívida Ativa da União, demonstrando situação regular perante a Fazenda Nacional, expedida exclusivamente pelas unidades da Receita Federal do Brasil (RFB), com apresentação de certidão que abrange todos os créditos tributários federais administrados pela RFB e PGFN.

8.2.6 - Prova de regularidade com a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito Trabalhista.

8.2.7 - Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, o Pregoeiro considerará o proponente inabilitado, salvo as situações que ensejarem a aplicação da Lei Complementar 123/2006.

8.3. Habilitação financeira:

8.3.1 Certidão Negativa de Falência ou Concordata, ou certidão negativa de recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

8.4 - Qualificação Técnica:

8.4.1 Comprovação de aptidão da licitante (pessoa jurídica), para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, através de um atestado, fornecido por pessoa jurídica de direito



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MAREMA**

público ou privado, comprovando a licitante ter fornecido produtos, de acordo com o objeto licitado, forma que não a desabone.

8.6- Aquele que ensejar declaração falsa, ou que dela tenha conhecimento, nos termos do artigo 299 do Código Penal, ficará sujeito às penas de reclusão, de um a cinco anos, se o documento é público, reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular, independente da penalidade estabelecida no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.

8.7 - Constatado o atendimento das exigências de habilitação fixadas neste edital, o licitante – 1º classificado – será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

8.8 - Se a oferta do 1º (e, dependendo o caso, do 2º), classificado(s) não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o (pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e, assim sucessivamente, até a apuração de uma licitante (duas, conforme o caso) que atenda(m) ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame.

Parágrafo Único – Poderá ser substituída a documentação de habilitação pelo Certificado de Registro Cadastral da Prefeitura Municipal de Marema: Na condição de validade do C.R.C. apresentado pelas licitantes está atrelada à manutenção de sua regularidade junto ao órgão cadastrador. Desta forma, no decurso do julgamento da fase de habilitação, a Comissão Permanente de Licitações averiguará a situação cadastral dos licitantes junto ao Cadastro de Licitantes do Município de Marema, inabilitando aqueles cujo CRC estiver cancelado, suspenso, vencido ou ainda quando a documentação apresentada para o competente cadastramento não estiver em plena vigência ou não apresentar os documentos exigido neste certame.

8.9- No horário determinado à Sessão Pública para o recebimento e abertura das propostas, não sendo possível a realização da consulta “on line” da documentação, a referida sessão será suspensa e as licitantes serão intimadas da data e horário do seu prosseguimento. Nesse caso, os envelopes contendo a documentação ficarão sob a guarda do Pregoeiro, devidamente rubricados no fecho pelos representantes presentes.

8.10 - Caso a licitante tenha optado por apresentar o Certificado de Registro Cadastral em substituição aos documentos exigidos, e, nele constando qualquer certidão com prazo de validade vencido, será desclassificada do certame.

8.11 - Quando as certidões apresentadas não tiverem prazo de validade estabelecido pelo competente órgão expedidor, será adotada a vigência de 60 (sessenta) dias consecutivos, contados a partir da data de sua expedição.

Não se enquadram nesse dispositivo os documentos que, pela própria natureza, não apresentam prazo de validade.

8.12 - Os documentos exigidos nesta Licitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou por servidor da Administração, ou publicação em órgão da imprensa oficial.

Em caso do proponente optar em autenticar os documentos por servidor da Administração, estes deverão fazê-lo com antecedência de 24 horas. No dia da abertura da licitação não será autenticado documentos.

8.13 - As certidões e certificados exigidos como condição de habilitação poderão, também, ser apresentados em documento extraído diretamente da Internet, ficando, nesse caso, a sua aceitação condicionada à verificação da sua veracidade pelo Pregoeiro ou sua Equipe de Apoio, no respectivo site do órgão emissor.

8.14 – As Micro Empresas de Pequeno Porte, por ocasião da participação em certame licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE MAREMA

apresente alguma restrição (Art. 43 da Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006, com a alteração da nova Lei Complementar n. 147/2014)

8.15 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014)

8.16 - A não-regularização da documentação no prazo previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

9. SESSÃO DO PREGÃO:

9.1 - Após o encerramento do credenciamento e identificação dos representantes das empresas proponentes, o Pregoeiro declarará aberta à sessão do PREGÃO, oportunidade em que não mais aceitará novo proponente, dando início ao recebimento dos envelopes contendo a Proposta Comercial e os Documentos de Habilitação, exclusivamente dos participantes devidamente credenciados.

9.2 - Da Classificação das Propostas

9.2.1 - O Pregoeiro procederá à abertura dos envelopes que contêm a proposta Financeira avaliando o cumprimento das condições exigidas no edital.

9.2.2 - O Pregoeiro classificará o autor da proposta de menor preço e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até dez por cento (10%) à proposta de menor preço, para participarem dos lances verbais.

9.2.3 - Serão abertos preliminarmente os envelopes contendo as Propostas de Preços, que deverão estar em conformidade com as exigências do presente edital, ocasião em que se classificará a proposta de **MENOR PREÇO POR ITEM** e aquelas que apresentem valores sucessivos e superiores até o limite de 10% (dez por cento), relativamente à de melhor oferta.

9.2.4 - Se não houver, no mínimo três (03) propostas de preços nas condições definidas na cláusula anterior, o Pregoeiro classificará as melhores propostas subseqüentes, até o máximo de três (03), para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas apresentadas.

9.2.5 - Caso duas ou mais propostas comerciais em igualdade de condições ficarem empatadas, será realizado sorteio em ato público, para definir a ordem de apresentação dos lances.

9.2.6 - A Licitante que desistir de sua proposta escrita está sujeita às sanções administrativas previstas nestas Instruções.

9.3 - Dos Lances Verbais:

9.3.1 - As licitantes classificadas terão a oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais, que deverão ser formulados de forma sucessiva, com valores distintos e decrescentes, a partir da proposta financeira classificada de maior valor e os demais lances, em ordem decrescente de valor, podendo o pregoeiro, definir no momento, lances mínimos.



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE MAREMA

9.3.2 - Para a formulação de lances, poderá ser concedido tempo para o atendimento a eventuais necessidades de avaliação e de consulta à empresa pelo seu representante, por meio de telefone ou outros meios disponíveis.

9.3.3 - Na hipótese em que houver mais de uma proposta igual de menor valor global, sem que tenha havido oferta de lances verbais, a ordem de classificação dar-se-á mediante novo sorteio a ser realizado, na mesma sessão pública, pelo Pregoeiro.

9.3.4 - Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o Licitante desistente às penalidades legais e às sanções administrativas previstas nestas Instruções.

9.3.5 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará na exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de posterior ordenação das propostas.

9.3.6 - Caso não se realize lance verbal, será verificado a conformidade entre a proposta escrita e o valor estimado para a contratação.

9.4 - Do Julgamento:

9.4.1 - O critério de julgamento será exclusivamente o de **MENOR PREÇO**.

9.4.2 - Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas às ofertas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

9.4.3 - Caso não se realize lance verbal, será verificado a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado da contratação.

9.4.4 - Em havendo apenas uma oferta e desde que atenda a todos os termos do edital e que seu preço seja compatível com o valor estimado da contratação, esta poderá ser aceita.

9.4.5 - Sendo aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias.

9.4.6 - Constatado o atendimento pleno às exigências edital, será declarado o proponente vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto para o qual apresentou proposta.

9.4.7 - Se a oferta não for aceitável ou se a Licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a verificação da habilitação da Licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda as Instruções, sendo a respectiva licitante declarado vencedora e a ela adjudicado o objeto do certame.

9.4.8 - Apurada a melhor proposta que atenda ao edital, o Pregoeiro poderá negociar para que seja obtido um melhor preço.

9.4.9 - Da reunião, lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio, e pelos licitantes.

9.4.10 - Decididos os recursos ou transcorrido o prazo para sua interposição relativamente ao pregão, o Pregoeiro devolverá, aos licitantes, julgados desclassificados no certame, os envelopes "Documentação de Habilitação" inviolados, podendo, todavia, retê-los até o encerramento da licitação.

9.4.11 - Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, devendo ficar intimados, no mesmo ato, os Licitantes presentes.

9.4.12 - A bem dos serviços, o Pregoeiro, se julgar conveniente, reserva-se do direito, de suspender a licitação, em qualquer uma das suas fases, para efetivar as análises indispensáveis e desenvolver as diligências que se



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE MAREMA

fizerem necessárias, internamente, condicionando a divulgação do resultado preliminar da etapa que estiver em julgamento, à conclusão dos serviços.

10. IMPUGNAÇÃO E RECURSO ADMINISTRATIVO:

10.1 - Até três dias antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa física ou jurídica poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar este edital.

10.2 - Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, cuja síntese será lavrada em ata, sendo concedido o prazo de três (03) dias úteis para apresentação das razões de recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

10.3 - O licitante poderá também apresentar as razões do recurso no ato do pregão, as quais serão reduzidas a termo na respectiva ata, ficando todos os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões no prazo de três (03) dias úteis, contados da lavratura da ata, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

10.4 - Não serão admitidos recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela Licitante.

10.5 - A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso.

10.6 - O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.7 - O resultado do recurso será divulgado mediante afixação no Mural Público da Prefeitura Municipal.

11. ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO:

11.1 - Inexistindo manifestação recursal, o Pregoeiro adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor, com a posterior homologação do resultado pela Autoridade Competente.

11.2 - Decididos os recursos por ventura interpostos, e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Autoridade Competente homologará a adjudicação e determinará a contratação, no prazo previsto neste edital.

12. CONTRATO:

12.1 - Encerrado o procedimento licitatório, o representante legal da proposta vencedora será convocado para firmar o termo de contrato ou instrumento equivalente, conforme minuta em Anexo, e da proposta aceita.

12.2 - O adjudicatário deverá comprovar a manutenção das condições demonstradas para habilitação para assinar o contrato.

12.3 - Caso o adjudicatário não apresente situação regular no ato da assinatura do contrato, ou recuse-se a assiná-lo, serão convocados os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato.

12.4 - O representante legal da proposta vencedora deverá assinar o contrato, dentro do prazo máximo de cinco (05) dias úteis a contar do recebimento da comunicação para tal, através de fax-símile ou correio eletrônico.

12.5 - Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para assinatura do contrato ou instrumento equivalente, decorrente desta licitação, somente será analisada se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada.



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE MAREMA

12.6 - A vigência do presente contrato será de doze meses com início a partir da assinatura do contrato.

12.7 - O contrato poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos conforme Art 57 inc II da Lei 8.666/93 consolidada. Se de comum acordo entre as partes, reajustando-se os valores pela aplicação da variação do IGPM DE F.G.V. dos 12 (doze) meses anteriores, retroagindo-se o índice de algum mês se não estiver disponível em tempo hábil.

13. DO PAGAMENTO:

13.1 - O pagamento será efetuado em até 15 dias da entrega.

13.2 - Constatando o recebedor qualquer divergência ou irregularidade na Nota Fiscal, esta será devolvida à licitante para as devidas correções.

14. DAS PENALIDADES:

14.1 - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades aqui estabelecidas.

14.2 - O descumprimento total ou parcial do contrato sujeitará a CONTRATADA às seguintes penalidades:

14.2.1 - Advertência;

14.2.2 - Multa:

14.2.3 - No caso de não cumprimento do prazo de entrega do objeto, será aplicável à CONTRATADA multa moratória de valor equivalente a 2% do valor contratual;

14.2.4 - Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Prefeitura o Município de Marema (SC) poderá garantir a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no artigo n. 87 da Lei n. 8.666, de 21 de Junho de 1993, Consolidadas, sendo que no caso de multa esta corresponderá a 2% sobre o valor total do contrato limitado a 10% do valor contratual.

14.2.5 - Multa de dez por cento (10%) do valor contratual quando a contratada ceder o contrato, no todo ou em parte, a pessoa física ou jurídica, sem autorização da contratante, devendo reassumir o contrato no prazo máximo de cinco (05) dias, da data da aplicação da multa, sem prejuízo de outras sanções contratuais;

14.3 - Suspensão do direito de participar em licitações/contratos de qualquer órgão da administração direta ou indireta, pelo prazo de até dois (02) anos quando, por culpa da CONTRATADA, ocorrer a suspensão, e se for o caso, descredenciamento do Cadastro de Fornecedores do Município de Marema, pelo prazo de cinco (05) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade;

14.4 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com órgãos da administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contrato ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior;

14.5 - Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em Lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

15. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MAREMA**

15.1 - As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta do Orçamento Municipal, ou seja: (22) 33903014000000, (21) 33903014000000, (38) 33903014000000.

16. DAS OBRIGAÇÕES DO VENCEDOR:

16.1 - Cumprir todas as cláusulas e condições do presente Edital de Pregão;

16.2 - Entregar o objeto contratado no prazo estipulado e conforme especificado no Edital;

16.3 - O proponente vencedor, obriga-se pela entrega do objeto em que por ventura for vencedor, colocando-os à disposição da prefeitura.

16.4 - A entrega do objeto contratado dentro do prazo previsto, após a assinatura do contrato.

16.5 – O contratado deverá arcar com todos os tributos inerentes a venda, inclusive autoriza a CONTRATANTE a reter os impostos passíveis de serem retidos a fim de que se cumpram às obrigações com o fisco.

16.6 – O contratado obriga-se a obedecer ao objeto e as disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade; Manter, durante a execução do objeto todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

16.7 – O contratado deverá responsabilizar-se por eventuais despesas que serão de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, sendo que nenhuma outra despesa poderá ser debitada posteriormente;

16.8 - O produto/serviços entregue em desacordo com as características, especificações, validade e/ou com as quantidades do edital, verificadas no ato de seu recebimento, deverá ser substituído ou complementado. Nestes casos, o prazo para reposição e/ou substituição e/ou complementação será determinado pela contratante e sua inobservância implicará a aplicação das penalidades previstas no edital.

16.9 - O Contratado obriga-se a Realizar os serviços objeto do presente contrato, com presteza, qualidade e eficiência;

16.10 - Assumir todas as responsabilidades em relação aos profissionais colocados à disposição da CONTRATANTE;

16.11 - Tratar como confidenciais as informações e dados manuseados, guardando total sigilo em relação a terceiros;

16.12 - Fornecer as devidas Notas Fiscais, nos termos da Lei.

17. DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA:

A Prefeitura Municipal se compromete:

a) Receber a Nota Fiscal;

b) Efetuar o Pagamento

18. DO PREÇO

18.1 - O preço Deverá ser cotado em moeda nacional.

18.2 - O preço ofertado será líquido, já inclusos todos os impostos, fretes, encargo, embalagens e demais encargos que por ventura possam existir, devendo ser discriminado numericamente e preferencialmente por extenso.

18.3 - Havendo discordância entre preços unitários e totais, resultantes de cada item, prevalecerão os primeiros. Ocorrendo discordância entre valores numéricos e por extenso prevalecerão estes últimos.

18.4 – Será considerado até três casas após a vírgula.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MAREMA**

19. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

19.1 - O pagamento será realizados em conformidade com a dotação orçamentária, em até quinze dias da entrega do objeto licitado, acompanhado de respectivas Notas Fiscais, cujo documento deverá conter as especificações dos produtos conforme item do objeto, devendo ser entregues na tesouraria Municipal da Administração.

19.2 - A nota fiscal deverá conter todas as especificações dos produtos, conforme itens, objeto deste Edital, devidamente atestada pela Secretaria responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento, bem como encaminhar o termo de uso.

20. CONDIÇÕES DE ENTREGA DOS PRODUTOS/SERVIÇOS E DOS PRAZOS:

20.1 - Os produtos/serviços deverão ser entregues/executados, correndo por conta da Contratada as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento do produto.

20.2 – O empenho dar-se a, com emissão da nota fiscal.

20.3 - A execução do objeto licitado deverá iniciar-se após a assinatura do contrato.

20.4 - Independentemente da aceitação dos serviços prestados, a adjudicatária garantirá a qualidade do objeto desta licitação, obrigando-se a refazer aquele que for oferecido em desacordo com apresentado na proposta, ressalvando os direitos compreendidos em lei.

20.5 - A Prefeitura Municipal reserva-se no direito de recusar, no todo ou em parte os serviços, se os mesmos forem rejeitados pela sua fiscalização, obrigando-se a empresa vencedora a promover sua ré execução.

20.6 - A licitante vencedora sujeitar-se-á a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da Prefeitura ou por terceiros através de delegação, encarregada de acompanhar a execução do objeto desta licitação, prestando esclarecimentos solicitados, atendendo as reclamações formuladas, inclusive todas as entregas e anexar a Nota Fiscal, qual deverá ser acompanhado por um encarregado da Pasta.

20.7 – Ao final do trabalho a empresa vencedora deverá entregar relatório dos serviços prestados.

20.8 – A documentação relativa ao objeto deverá ser entregue junto a prefeitura municipal para o devido arquivamento.

21. DO REAJUSTE

21.1 - O preço cotado não será reajustado.

22. DISPOSIÇÕES GERAIS:

22.1 - Este edital deverá ser lido e interpretado na íntegra, e após apresentação da documentação e da proposta não serão aceitas alegações de desconhecimento ou discordância de seus termos.

22.2 - Será dada vista aos proponentes interessados tanto das Propostas de Preços como dos Documentos de Habilitação apresentados na Sessão.

22.3 - É facultado ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior em qualquer fase do julgamento promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado, bem como solicitar a Órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.

22.4 - É vedado ao licitante retirar sua proposta ou parte dela depois de aberta a sessão do pregão.



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE MAREMA

22.5 - O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos conforme previsto no parágrafo 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.

22.6 - É vedado à contratada sub contratar total ou parcialmente o fornecimento.

22.7 - A presente licitação somente poderá ser revogada por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulado, em todo ou em parte, por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente comprovado.

22.8 - O Pregoeiro, no interesse da Administração, poderá releva omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometa a lisura da licitação sendo possível à promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

22.9 - Para agilização dos trabalhos, não interferindo no julgamento das propostas, os Licitantes farão constar em sua documentação: endereço, número de fax e telefone, bem como o nome da pessoa indicada para contatos.

22.10 - No interesse do Município, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

a) adiada a abertura da licitação;

b) alteradas as condições do Edital, obedecido o disposto no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93.

22.11 - A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

22.13 - Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113.

23. DA VALIDADE DA PROPOSTA:

23.1 - O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data limite para apresentação das propostas nesta licitação.

24. DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS

24.1 - Da Empresa de Pequeno Porte e Micro Empresa.

Lei Complementar n. 123 de 15 de dezembro de 2006

Os proponentes para beneficiar-se da Lei Complementar n. 123 de 15 de dezembro de 2006 deverão comprovar a condição de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da respectiva legislação.

24.2 - Com relação a apresentação da documentação, se houve entre os proponentes alguma ME - Micro Empresa ou EPP - Empresa de Pequeno Porte, estas poderão valer-se do disposto no Art. 42 e 43 da Lei Complementar n. 123/2006 de 14 de dezembro de 2006.

24.3 - No julgamento dar-se-á o direito de preferência a ME - Micro Empresa ou EPP - Empresas de Pequeno Porte, sendo obedecido os critérios dos Art. 44 e 45 da Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006.

24.4 - As Micro Empresas de Pequeno Porte, por ocasião da participação em certame licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE MAREMA

apresente alguma restrição (Art. 43 da Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006, com a alteração da nova Lei Complementar n. 147/2014)

24.5 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014)

24.6 - A não-regularização da documentação, no prazo do item 08.01.05, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

24.7 - Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

Na modalidade de pregão, o intervalo percentual estabelecido será de até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.

24.8 - Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

I - a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

II - não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 44 desta Lei Complementar, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III - no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 44 desta Lei Complementar, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

Na hipótese da não-contratação nos termos previstos neste item, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

O disposto neste artigo somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

No caso de pregão, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

24.9 - Nas contratações públicas da administração direta e indireta, autárquica e fundacional, federal, estadual e municipal, deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica. (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014)

No que diz respeito às compras públicas, enquanto não sobrevier legislação estadual, municipal ou regulamento específico de cada órgão mais favorável à microempresa e empresa de pequeno porte, aplica-se a legislação federal. (Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014)

25. DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO:

25.1 - O MUNICÍPIO designa como **Gestor e Fiscal deste Edital** a servidor(a) Sr. (a) ocupante do Cargo de Secretário (a) de Educação, para o acompanhamento formal nos aspectos administrativos, procedimentais e contábeis e para executar o acompanhamento e fiscalização das entregas, devendo registrar todas as ocorrências



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MAREMA**

e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à Contratada, objetivando a correção das irregularidades apontadas, no prazo que for estabelecido.

25.2 - As exigências e a atuação da fiscalização pelo **CONTRATANTE** em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada no que concerne à execução do objeto contratado.

26. DO FORO:

26.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Xaxim, Estado de Santa Catarina, para as ações que porventura decorram do presente Edital, independentemente de qual seja o domicílio do Licitante.

27. ANEXOS DO EDITAL:

27.1 - Integram este Edital, os seguintes anexos:

- a) Anexo I – Carta de Credenciamento;
- b) Anexo II – Modelo da declaração de cumprimento da habilitação;
- c) Anexo III – Modelo de declaração de superveniência de fato impeditivo da qualificação;
- d) Anexo IV – Declaração de não empregabilidade de menores;
- e) Anexo V – Declaração de fatos impeditivos de contratar com a Administração Pública.
- f) Anexo VI – Declaração de ME e EPP
- g) Anexo VII – Termo de Referência
- h) Anexo VIII - Minuta de Contrato

Marema (SC) 25 de janeiro de 2021.

Mauri Dal Bello
Prefeito Municipal

Vanderlei Antonio Calderan
Pregoeiro



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MAREMA**

MODELO DE CREDENCIAMENTO

A

Prefeitura Municipal de Marema

Pregão Presencial n. 0xx/2021

A empresa , inscrito no CNPJ n..... , com sede à . . , neste ato representada pelo(s) diretores ou sócios, com qualificação completa (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço) pelo presente instrumento de mandato, nomeia e constitui, seu Procurador o Senhor (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço), a quem confere amplos poderes para junto ao Município de Marema (SC), praticar os atos necessários com relação à licitação na modalidade de Pregão Presencial, usando dos recursos, interpô-los, apresentar lances, negociar preços e demais condições, confessar, transigir, renunciar, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, podendo ainda, substabelecer esta em outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso, e em especial, para esta licitação.

Local, data

Assinatura, do representante legal



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MAREMA

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE COM OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

A

Prefeitura Municipal de Marema

Pregão Presencial n. 0xx/2021

(NOME DA EMPRESA) _____, CNPJ nº. , sediada (endereço completo) _____, DECLARA, sob as penas da lei, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação no presente Pregão Presencial e, ainda, que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e data, _____, ____ de _____ de 2021.

(nome e identidade do representante legal)



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MAREMA**

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA QUALIFICAÇÃO

A

Prefeitura Municipal de Marema

Pregão Presencial n. 0xx/2021

O signatário da presente, em nome da proponente , declara para todos os fins de direito, a inexistência de fatos supervenientes impeditivos da qualificação ou que comprometam a idoneidade da proponente nos termos do artigo 32, parágrafo 2º e artigo 97 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações.

Local, de de 2021.

(carimbo, nome e assinatura do responsável legal)

(carteira de identidade número e órgão emissor)



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MAREMA**

ANEXO IV

DECLARAÇÃO QUE NÃO POSSUI EMPREGADOS MENORES:

A

Prefeitura Municipal de Marema

Pregão Presencial n. 0xx/2021

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de Proponente do Processo Licitatório em evidência, instaurado por esse Município de Marema, SC, Por seu representante legal, declara, sob as penas da Lei, que atende ao inciso V, do artigo 27, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, que se refere ao inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, de que não possuem em seu quadro de empregados, trabalhadores menores de dezoito (18) anos realizando trabalhos noturnos, perigosos e insalubres, e de menores de dezesseis (16) anos trabalhando em qualquer tipo de função, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze (14) anos.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

Lajeado Grande, SC, ___ de _____ de 2021.

Representante Legal.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MAREMA**

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE FATOS IMPEDITIVOS DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A

Prefeitura Municipal de Marema

Pregão Presencial n. 0xx/2021

O signatário da presente, em nome da proponente , declara para todos os fins de direito, a inexistência de fatos impeditivos de contratar com a Administração Pública, de acordo com o disposto no art. 97 da Lei Federal 8.666/93

Local, de de 2021.

(carimbo, nome e assinatura do responsável legal)

(carteira de identidade número e órgão emissor)



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MAREMA

ANEXO VI

DECLARAÇÃO ME E EPP

A

Prefeitura Municipal de Marema

Pregão Presencial n. 0xx/2021

Para fins de participação no Processo Licitatório em questão, a empresa _____, CNPJ nº _____, sediada na _____, nº _____, Bairro _____, CEP _____, cidade de _____, Estado de _____, DECLARA, sob as penas da lei que é (Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, conforme o caso), e que não se encontra em nenhuma das situações do § 4º do art. 3º da LC 123/2006. Lei Complementar Federal n. 123, de 14.06.2006.

Local, de de 2021.

(carimbo, nome e assinatura do responsável legal)

(carteira de identidade número e órgão emissor)



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MAREMA

ANEXO VII

TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO: Aquisição de Sistema de Ensino, para fornecimento de material didático pedagógico aos alunos e professores da Educação Infantil ao Ensino Fundamental anos iniciais, portal educacional para alunos e professores e acompanhamento pedagógico.

- a) Material didático de qualidade, para alunos e professores do segmento de **Educação Infantil e Fundamental I**, num projeto amplo e consistente, valorizando o conceito de Educação Pública;
- b) Parceria Técnico-pedagógica através do acompanhamento dos trabalhos pedagógicos junto ao corpo docente, com 04 (quatro) visitas pedagógicas anuais, sendo distribuídas durante os bimestres da seguinte forma:
- c) (01) um encontro para treinamento e apresentação da proposta pedagógica do material didático com os gestores e corpo docente, bem como orientação do planejamento anual do município, visando à utilização do material didático, antes do início do ano letivo;
- d) três encontros para trabalhos de orientação pedagógica por segmento de ensino, para a realização de treinamento, capacitação, oficinas, palestras e orientação ao corpo docente do município e também para realização de reunião de pais;
- e) Acesso ao Portal de Educação da empresa vencedora, através de senhas de uso pessoal, destinado aos alunos, professores, coordenadores e diretores das escolas de educação infantil da rede municipal de ensino, para a realização de pesquisas, consultas, divulgação de trabalhos, projetos, atividades e formulação de pedidos on-line com a contratada via chat;
- f) Programa de Formação Continuada via WEB, com 180 horas/ano, destinado aos professores da Educação Infantil e demais gestores da rede municipal de ensino;

QUANTIDADE DE ALUNOS.

Seq.	Segmento	N. Alunos	Valor Unitário	Valor Total
01	Educação Infantil – Maternal 1 – 2 anos	11	R\$ 350,00	R\$ 3.850,00
02	Educação Infantil – Maternal 1 –	14	R\$ 350,00	R\$ 4.900,00



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MAREMA

	3 anos			
03	Educação Infantil – Maternal 1 – 4 anos	16	R\$ 350,00	R\$ 5.600,00
04	Educação Infantil – Maternal 1 – 5 anos	27	R\$ 350,00	R\$ 9.450,00
05	Educação Fundamental 1º ano	25	R\$ 380,00	R\$ 9.500,00
06	Educação Fundamental 2º ano	18	R\$ 380,00	R\$ 6.840,00
07	Educação Fundamental 3º ano	13	R\$ 380,00	R\$ 4.940,00
08	Educação Fundamental 4º ano	19	R\$ 380,00	R\$ 7.220,00
09	Educação Fundamental 5º ano	19	R\$ 380,00	R\$ 7.220,00
Total Geral da Proposta para 162 alunos				R\$ 59.520,00

DESCRIÇÃO DO MATERIAL

Educação Infantil

O material da educação infantil deverá possibilitar desenvolvimento desde os primeiros anos a autonomia e a identidade pessoal da criança através das áreas de conhecimento propostas pelo Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil e Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica. As atividades são abordadas enfatizando o brincar e estimulam a criança a ampliar seus saberes que o auxiliarão a se tornarem cidadão críticos e participativos na sociedade.

Material para crianças de 2 anos

Diário - Dois volumes anuais, espiralados, sendo um por semestre. Nesta fase brincar é fundamental. Por esse motivo os livros propõem atividades de todas as áreas de conhecimento da educação infantil apresentadas de forma lúdica e significativa para a criança.

Material para crianças de 3 anos

Diário - Dois volumes anuais, espiralados, sendo um por semestre. Nesta fase brincar é fundamental. Por esse motivo os livros propõem atividades de todas as áreas de conhecimento da educação infantil apresentadas de forma lúdica e significativa para a criança.

Material para crianças de 4 anos



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE MAREMA

Livro de Conduas Psicomotoras – Um volume anual, espiralados, sendo um por semestre. Traz atividades de orientação espaço-temporal, conceitos básicos, coordenação motora, trabalhos de dobradura, desenho, pintura.

Linguagem - Dois volumes semestrais, espiralados, sendo um por semestre. Indica atividades de linguagem oral e escrita, leitura, produção de texto e literatura.

Matemática e Livro das Formas - Dois volumes semestrais, espiralados, sendo um por semestre. Trabalha conceitos básicos de estrutura de ordem, formas geométricas, classe e números.

Descobertas Sociocientíficas – Um volume anual, espiralados, sendo um por semestre. Apresenta atividades de estudo do meio social, físico e biológico, mediante observações, atividades de autocuidado, explorações em relação ao meio, ao outro e a si mesmo.

Material para crianças de 5 anos

Livro de Conduas Psicomotoras – Um volume anual, espiralados, sendo um por semestre. Traz atividades de orientação espaço-temporal, conceitos básicos, coordenação motora, trabalhos de dobradura, desenho, pintura.

Linguagem - Dois volumes semestrais, espiralados, sendo um por semestre. Indica atividades de linguagem oral e escrita, leitura, produção de texto e literatura.

Matemática - Dois volumes semestrais, espiralados, sendo um por semestre. Trabalha conceitos básicos de estrutura de ordem, formas geométricas, classe e números.

Descobertas Sociocientíficas – Um volume anual, espiralados, sendo um por semestre. Apresenta atividades de estudo do meio social, físico e biológico, mediante observações, atividades de autocuidado, explorações em relação ao meio, ao outro e a si mesmo.

Livro dos Bichos - Um volume anual, com atividades para construção de móveis, dobraduras, fantoches, máscaras e dedoches.

Material do Professor

Manual do Professor - Livro anual com informações gerais sobre os livros que compõem a coleção e orientações didáticas para professores e gestores.

Ensino Fundamental I

A proposta pedagógica deverá estar articulada com as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica, Base Nacional Comum (versão preliminar), Conceitos e metodologias para definição de direitos de aprendizagem e desenvolvimento do ciclo de alfabetização, Material de formação do PNAIC (Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa), Matrizes de referência ANA e Prova Brasil e os Parâmetros Curriculares Nacionais, além de abordar pressupostos interacionistas e concepções clássicas.

Os conteúdos são organizados para atender as premissas do Currículo do Município, como os objetivos de aprendizagem, as didáticas específicas, a matriz curricular e a sequência didática. As ilustrações atendem os pressupostos das DCNs relacionados à diversidade, de modo que há valorização da cultura indígena e africana, de várias etnias e de culturas e biotipos diferentes, evitando reforçar estereótipos. A diversidade também é tratada



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE MAREMA

na escolha de textos e imagens de artistas africanos e indígenas, de modo a explorar a diversidade da literatura produzida em língua portuguesa. A sequência didática é trabalhada por meio de seções editoriais fixas.

Cada disciplina tem seu foco específico, e organiza os conteúdos a partir de eixos:

- Língua Portuguesa – Oralidade, Leitura, Produção Escrita, Análise Linguística;
- Matemática – Números e operações, Geometria, Grandezas e Medidas, Probabilidade e estatística;
- Ciências da Natureza – Terra e Universo, Vida e Ambientes, Materiais e transformações, Ser humano e Saúde;
- Geografia – organização do tempo e do espaço, identidade e diversidade, cartografia e fontes histórico-geográficas, produção e comunicação;
- História – Procedimentos de pesquisa, Representações do tempo, Cartografia, noções e conceitos, Dimensão político-cidadã;
- Arte – Artes Visuais, Música, Dança e Teatro.

Material para 1º ano do Ensino Fundamental - Aluno

Livros multidisciplinares com encadernação em espiral com as disciplinas Língua Portuguesa, Matemática, Ciências da Natureza, História, Geografia e Arte distribuídos bimestralmente, organizados em 4 unidades (uma para cada bimestre) e 16 capítulos (4 para cada unidade).

Caderno de atividades complementares – Aluno

Livros multidisciplinares com encadernação em espiral distribuídos semestralmente com atividades que fazem referência direta à matriz de cada capítulo, trabalhando os mesmos eixos, conteúdos e objetivos das disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências da Natureza, História, Geografia e Arte.

Material para 1º ano do Ensino Fundamental - Professor

Livros multidisciplinares com encadernação em espiral distribuídos semestralmente com as páginas do livro dos alunos em formato reduzido e com a resolução das atividades, além de espaço para registros e boxes que auxiliam o trabalho do professor. Estes boxes são:

- Conceito – apresenta definições conceituais;
- Orientações didáticas – apresenta encaminhamentos pedagógicos e técnicas didáticas;
- Para ir além – indicação de livros, filmes, documentários, sites e podem servir para enriquecimento das aulas, aprofundamento do professor ou aluno;



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE MAREMA

- Matriz do capítulo – tabela em que constam o nome do eixo, os conteúdos e os objetivos de aprendizagem de cada capítulo.

Caderno de atividades complementares – Professor

Livros multidisciplinares com encadernação em espiral distribuídos semestralmente com as páginas do livro dos alunos em formato reduzido e com a resolução das atividades, além de espaço para registros.

Currículo do Proponente vencedor

Livro anual com encadernação em espiral com fundamentação teórica, composição e estrutura dos materiais; indicações para gestão do tempo, orientações sobre modalidades de avaliação oferecidas, didáticas específicas de cada disciplina, apresentação da matriz de eixos, conteúdos e objetivos de aprendizagem de cada disciplina e ano.

Agenda do professor

Agenda anual com encadernação espiral.

Material para 2º ano do Ensino Fundamental - Aluno

Livros multidisciplinares com encadernação em espiral com as disciplinas Língua Portuguesa, Matemática, Ciências da Natureza, História, Geografia e Arte distribuídos bimestralmente, organizados em 4 unidades (uma para cada bimestre) e 16 capítulos (4 para cada unidade).

Caderno de atividades complementares – Aluno

Livros multidisciplinares com encadernação em espiral distribuídos semestralmente com atividades que fazem referência direta à matriz de cada capítulo, trabalhando os mesmos eixos, conteúdos e objetivos das disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências da Natureza, História, Geografia e Arte.

Material para 2º ano do Ensino Fundamental - Professor

Livros multidisciplinares com encadernação em espiral distribuídos semestralmente com as páginas do livro dos alunos em formato reduzido e com a resolução das atividades, além de espaço para registros e boxes que auxiliam o trabalho do professor. Estes boxes são:

- Conceito – apresenta definições conceituais;
- Orientações didáticas – apresenta encaminhamentos pedagógicos e técnicas didáticas;
- Para ir além – indicação de livros, filmes, documentários, sites e podem servir para enriquecimento das aulas, aprofundamento do professor ou aluno;



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE MAREMA

- Matriz do capítulo – tabela em que constam o nome do eixo, os conteúdos e os objetivos de aprendizagem de cada capítulo.

Caderno de atividades complementares – Professor

Livros multidisciplinares com encadernação em espiral distribuídos semestralmente com as páginas do livro dos alunos em formato reduzido e com a resolução das atividades, além de espaço para registros.

Currículo do Proponente Vencedor

Livro anual com encadernação em espiral com fundamentação teórica, composição e estrutura dos materiais; indicações para gestão do tempo, orientações sobre modalidades de avaliação oferecidas, didáticas específicas de cada disciplina, apresentação da matriz de eixos, conteúdos e objetivos de aprendizagem de cada disciplina e ano.

Agenda do professor

Agenda anual com encadernação espiral.

Material para 3º ano do Ensino Fundamental - Aluno

Livros multidisciplinares com encadernação em espiral com as disciplinas Língua Portuguesa, Matemática, Ciências da Natureza, História, Geografia e Arte distribuídos bimestralmente, organizados em 4 unidades (uma para cada bimestre) e 16 capítulos (4 para cada unidade).

Caderno de atividades complementares – Aluno

Livros multidisciplinares com encadernação em espiral distribuídos semestralmente com atividades que fazem referência direta à matriz de cada capítulo, trabalhando os mesmos eixos, conteúdos e objetivos das disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências da Natureza, História, Geografia e Arte.

Material para 3º ano do Ensino Fundamental - Professor

Livros multidisciplinares com encadernação em espiral distribuídos semestralmente com as páginas do livro dos alunos em formato reduzido e com a resolução das atividades, além de espaço para registros e boxes que auxiliam o trabalho do professor. Estes boxes são:

- Conceito – apresenta definições conceituais;
- Orientações didáticas – apresenta encaminhamentos pedagógicos e técnicas didáticas;
- Para ir além – indicação de livros, filmes, documentários, sites e podem servir para enriquecimento das aulas, aprofundamento do professor ou aluno;
- Matriz do capítulo – tabela em que constam o nome do eixo, os conteúdos e os objetivos de



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MAREMA**

aprendizagem de cada capítulo.

Caderno de atividades complementares – Professor

Livros multidisciplinares com encadernação em espiral distribuídos semestralmente com as páginas do livro dos alunos em formato reduzido e com a resolução das atividades, além de espaço para registros.

Currículo do Proponente Vencedor

Livro anual com encadernação em espiral com fundamentação teórica, composição e estrutura dos materiais; indicações para gestão do tempo, orientações sobre modalidades de avaliação oferecidas, didáticas específicas de cada disciplina, apresentação da matriz de eixos, conteúdos e objetivos de aprendizagem de cada disciplina e ano.

Agenda do professor

Agenda anual com encadernação espiral.

Material para 4º ano do Ensino Fundamental - Aluno

Livros multidisciplinares com encadernação em espiral com as disciplinas Língua Portuguesa, Matemática, Ciências da Natureza, História, Geografia e Arte distribuídos bimestralmente, organizados em 4 unidades (uma para cada bimestre) e 16 capítulos (4 para cada unidade).

Caderno de atividades complementares – Aluno

Livros multidisciplinares com encadernação em espiral distribuídos semestralmente com atividades que fazem referência direta à matriz de cada capítulo, trabalhando os mesmos eixos, conteúdos e objetivos das disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências da Natureza, História, Geografia e Arte.

Material para 4º ano do Ensino Fundamental - Professor

Livros multidisciplinares com encadernação em espiral distribuídos semestralmente com as páginas do livro dos alunos em formato reduzido e com a resolução das atividades, além de espaço para registros e boxes que auxiliam o trabalho do professor. Estes boxes são:

- Conceito – apresenta definições conceituais;
- Orientações didáticas – apresenta encaminhamentos pedagógicos e técnicas didáticas;
- Para ir além – indicação de livros, filmes, documentários, sites e podem servir para enriquecimento das aulas, aprofundamento do professor ou aluno;
- Matriz do capítulo – tabela em que constam o nome do eixo, os conteúdos e os objetivos de aprendizagem de cada capítulo.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MAREMA**

Caderno de atividades complementares – Professor

Livros multidisciplinares com encadernação em espiral distribuídos semestralmente com as páginas do livro dos alunos em formato reduzido e com a resolução das atividades, além de espaço para registros.

Currículo do Proponente Vencedor

Livro anual com encadernação em espiral com fundamentação teórica, composição e estrutura dos materiais; indicações para gestão do tempo, orientações sobre modalidades de avaliação oferecidas, didáticas específicas de cada disciplina, apresentação da matriz de eixos, conteúdos e objetivos de aprendizagem de cada disciplina e ano.

Agenda do professor

Agenda anual com encadernação espiral.

Material para 5º ano do Ensino Fundamental - Aluno

Livros multidisciplinares com encadernação em espiral com as disciplinas Língua Portuguesa, Matemática, Ciências da Natureza, História, Geografia e Arte distribuídos bimestralmente, organizados em 4 unidades (uma para cada bimestre) e 16 capítulos (4 para cada unidade).

Caderno de atividades complementares – Aluno

Livros multidisciplinares com encadernação em espiral distribuídos semestralmente com atividades que fazem referência direta à matriz de cada capítulo, trabalhando os mesmos eixos, conteúdos e objetivos das disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências da Natureza, História, Geografia e Arte.

Material para 5º ano do Ensino Fundamental - Professor

Livros multidisciplinares com encadernação em espiral distribuídos semestralmente com as páginas do livro dos alunos em formato reduzido e com a resolução das atividades, além de espaço para registros e boxes que auxiliam o trabalho do professor. Estes boxes são:

- Conceito – apresenta definições conceituais;
- Orientações didáticas – apresenta encaminhamentos pedagógicos e técnicas didáticas;
- Para ir além – indicação de livros, filmes, documentários, sites e podem servir para enriquecimento das aulas, aprofundamento do professor ou aluno;
- Matriz do capítulo – tabela em que constam o nome do eixo, os conteúdos e os objetivos de aprendizagem de cada capítulo.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MAREMA**

Caderno de atividades complementares – Professor

Livros multidisciplinares com encadernação em espiral distribuídos semestralmente com as páginas do livro dos alunos em formato reduzido e com a resolução das atividades, além de espaço para registros.

Currículo do Proponente Vencedor

Livro anual com encadernação em espiral com fundamentação teórica, composição e estrutura dos materiais; indicações para gestão do tempo, orientações sobre modalidades de avaliação oferecidas, didáticas específicas de cada disciplina, apresentação da matriz de eixos, conteúdos e objetivos de aprendizagem de cada disciplina e ano.

Agenda do professor

Agenda anual com encadernação espiral.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MAREMA**

**ANEXO VIII
MINUTA CONTRATO ADMINISTRATIVO**

Contrato administrativo que fazem entre si, de um lado o Município de Marema, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua Jose Gaspari, 69, centro, inscrito no CNPJ/FM, sob o nº. 78.509.072/0001-56, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor MAURI DAL BELLO, brasileiro, divorciado, e de outro lado _____, de ora em diante denominado simplesmente de **CONTRATADA**, de comum acordo e amparado na Lei Federal Nº 8.666/93, consolidada com as alterações pelas Lei Federais Nº 8.883/94, 9.032/95 e 9.648/98, e declaram pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, ter justo e contratado entre si a prestação do serviço, descritos e caracterizados no Processo Licitatório nº. 0xx/2021, na modalidade de Pregão Presencial Compras e Serviços nº. 0xx/2021, e nas cláusulas adiante especificadas e projetos, planilhas, memorial descritivo, quantitativo, orçamento estimativo e demais anexos, resolvem, de comum acordo, celebrar o presente CONTRATO, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLAUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Aquisição de Sistema de Ensino, para fornecimento de material didático pedagógico aos alunos e professores da Educação Infantil ao Ensino Fundamental anos iniciais, portal educacional para alunos e professores e acompanhamento pedagógico, conforme consta no termo de referência, parte integrante deste contrato, sendo:

Material didático de qualidade, para alunos e professores do segmento de **Educação Infantil e Fundamental I**, num projeto amplo e consistente, valorizando o conceito de Educação Pública;

Parceria Técnico-pedagógica através do acompanhamento dos trabalhos pedagógicos junto ao corpo docente, com 04 (quatro) visitas pedagógicas anuais, sendo distribuídas durante os bimestres da seguinte forma:

(01) um encontro para treinamento e apresentação da proposta pedagógica do material didático com os gestores e corpo docente, bem como orientação do planejamento anual do município, visando à utilização do material didático, antes do início do ano letivo;

(03) três encontros para trabalhos de orientação pedagógica por segmento de ensino, para a realização de treinamento, capacitação, oficinas, palestras e orientação ao corpo docente do município e também para realização de reunião de pais;

Acesso ao Portal de Educação da empresa vencedora, através de senhas de uso pessoal, destinado aos alunos, professores, coordenadores e diretores das escolas de educação infantil da rede municipal de ensino, para a realização de pesquisas, consultas, divulgação de trabalhos, projetos, atividades e formulação de pedidos on-line com a contratada via chat;

Programa de Formação Continuada via WEB, com 180 horas/ano, destinado aos professores da Educação Infantil e demais gestores da rede municipal de ensino;

CLAUSULA SEGUNDA – DA CONTRATAÇÃO:

Ficam integrados a este Contrato, independente de transcrição, os seguintes documentos cujos teores são de conhecimento da **CONTRATADA**: atos convocatório, edital de licitação, especificações, memoriais e proposta da proponente vencedora, parecer de julgamento e legislação pertinente à espécie.

Parágrafo Único: A assinatura do presente contrato indica à **CONTRATADA** possuir plena ciência de seu conteúdo, bem como dos demais documentos vinculados ao presente, sujeitando-se os mesmos às normas da Lei nº. 8.666/93 e à totalidade das cláusulas contratuais aqui estabelecidas.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MAREMA**

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR CONTRATUAL

A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pela entrega do objeto/serviços prestados, a importância de R\$ _____(reais), daqui por diante denominado "Valor Contratual", que serão empenhados a conta da dotação constante do preâmbulo da licitação a que o contrato é vinculado.

CLAUSULA QUARTA – DA FORMA DE PAGAMENTO:

O Pagamento será efetuado em até 15 dias, após a entrega do produto e certificação da Nota fiscal pelo órgão competente.

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO DE DURAÇÃO DO CONTRATO

A vigência do presente contrato será de doze meses com início a partir da assinatura do contrato.

§ 1º - O contrato poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos conforme Art 57 inc II da Lei 8.666/93 consolidada. Se de comum acordo entre as partes, reajustando-se os valores pela aplicação da variação do IGPM DE F.G.V. dos 12 (doze) meses anteriores, retroagindo-se o índice de algum mês se não estiver disponível em tempo hábil.

§ 2º - Correrá à conta da CONTRATADA todas as despesas e encargos de natureza trabalhista, previdenciária, social ou tributária, incidentes sobre os serviços objeto deste Contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização e o acompanhamento dos serviços do objeto deste Contrato, será feita pela *CONTRATANTE*, através de profissionais qualificados e devidamente credenciado pela Secretaria da Educação.

O CONTRATANTE designa como **Gestor e Fiscal deste Edital** a servidor (a) Sr. (a), ocupante do cargo de Secretario (a) de Educação, para o acompanhamento formal nos aspectos administrativos, procedimentais e contábeis e para executar o acompanhamento e fiscalização das entregas, devendo registrar todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à Contratada, objetivando a correção das irregularidades apontadas, no prazo que for estabelecido.

As exigências e a atuação da fiscalização pelo **CONTRATANTE** em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada no que concerne à execução do objeto contratado.

CLÁUSULA SETIMA - DA CESSÃO DO CONTRATO E SUBCONTRATAÇÃO

A *CONTRATADA* não poderá ceder o presente Contrato a nenhuma pessoa física ou jurídica, sem autorização prévia, por escrito, da *CONTRATANTE*.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

À *CONTRATADA* serão aplicadas multas pela *CONTRATANTE* a serem apuradas na forma, a saber:

(a) de 0,1% (*um décimo por cento*) do valor global do Contrato por dia consecutivo de atraso em relação ao prazo de entrega dos bens;

(b) de 1% (*um por cento*) do valor contratual quando a *CONTRATADA*, por ação, omissão ou negligência, infringir qualquer das obrigações estipuladas neste instrumento;

(c) suspensão do direito de participar em licitações/contratos da ora *CONTRATANTE* ou qualquer órgão da administração direta ou indireta (*federal, estadual ou municipal*), pelo prazo de até 02 (*dois*) anos quando, por culpa da *CONTRATADA*, ocorrer à suspensão ou a rescisão administrativa.

CLÁUSULA NONA - DA APLICAÇÃO DAS MULTAS

Quando da aplicação de multas, a *CONTRATANTE* notificará à *CONTRATADA* que terá prazo de 5 (*cinco*) dias para recolher à Tesouraria da *CONTRATANTE* a importância correspondente, sob pena de incorrer em outras sanções cabíveis.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MAREMA**

CLAUSULA DECIMA – DO PRAZO DE FORNECIMENTO DE BEM E PRORROGAÇÃO

A *CONTRATADA* obriga-se a prestar os serviços à *CONTRATANTE*, nos termos da cláusula primeira deste termo, a partir da respectiva assinatura.

Parágrafo Primeiro:

Ficando a *CONTRATADA* temporariamente impossibilitada, total ou parcialmente, de cumprir seus deveres e responsabilidades relativos aos fornecimentos contratados, deverá esta comunicar e justificar o fato, por escrito, no prazo de 48 (*quarenta e oito*) horas, para que, a contratante tome as providências cabíveis, inclusive no que diz respeito à aceitação ou não do alegado.

Parágrafo Segundo:

Enquanto perdurar o impedimento a *CONTRATANTE* se reserva o direito de contratar o fornecimento do(s) bem (s) com outro fornecedor, desde que respeitadas às condições desta licitação, não cabendo direito à *CONTRATADA* de formular qualquer reivindicação, pleito ou reclamação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA INEXECUÇÃO DO OBJETO

Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá aplicar à *CONTRATADA*, as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a *dois* (02) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contrato ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO

A *CONTRATANTE* reserva-se o direito de rescindir o Contrato, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que à *CONTRATADA* caiba o direito de indenização de qualquer espécie, nos seguintes casos: (a) quando a *CONTRATADA* falir ou for dissolvida; (b) quando a *CONTRATADA* transferir no todo ou em parte o Contrato sem a prévia anuência da *CONTRATANTE*.

Parágrafo Primeiro:

A rescisão do Contrato na mesma forma prevista no caput ocorrerá nas seguintes hipóteses:

I - Por ato unilateral escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93;

II - Amigável, por acordo entre as partes, reduzidas a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

III - Judicial, nos termos da legislação.

Parágrafo Segundo:

A rescisão do Contrato, quando motivada por qualquer dos itens acima relacionados, implicará a apuração de perdas e danos, sem embargos da aplicação das demais providências legais cabíveis.

Parágrafo Terceiro:

A *CONTRATANTE*, por conveniência exclusiva e independentemente de cláusulas expressas, poderá rescindir o Contrato desde que efetue os pagamentos devidos, relativos ao mesmo.

CLAUSULA DECIMA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES:

Será incorporada a este Contrato, mediante *TERMOS ADITIVOS*, qualquer modificação que venha ser necessária durante a sua vigência, decorrente das obrigações assumidas pela *CONTRATADA*, alterações nas especificações quantitativas e qualitativas ou prazos dos bens fornecidos à *CONTRATANTE*.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MAREMA**

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS:

Os casos omissos e o que se tornar controvertido em face das presentes cláusulas contratuais, serão resolvidos administrativamente entre as partes, de acordo com a legislação pertinente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO CONHECIMENTO DAS PARTES:

Ao firmar este instrumento, declara a *CONTRATADA* ter plena ciência de seu conteúdo, bem como dos demais documentos vinculados ao presente Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS

A despesa prevista para execução do presente contrato correrá por conta do Orçamento Municipal Vigente, ou seja: (22) 33903014000000, (21) 33903014000000, (38) 33903014000000.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA - DO FORO:

As partes contratantes ficam obrigadas a responder pelo cumprimento deste termo, perante o Foro da Comarca de Xaxim, Estado de Santa Catarina, não obstante qualquer mudança de domicílio da *CONTRATADA* que, em razão disso, é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificação, citação inicial e outras medidas em direito permitidas.

Justas e contratadas firmam as partes este instrumento, em três (03) vias de igual teor, a fim de que produza seus efeitos legais.

Marema/ SC,

Mauri dal Bello
Contratante /Prefeito

Secretaria (o) de Educação
Gestor e Fiscal deste Contrato

CONTRATADO

Testemunhas: _____

Assessoria Juridica

Visto em ____/____/____